

# SOBRE O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO

Fernando Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
e Director do Centro de Estudos sobre o Pensamento  
Contemporâneo

Para surpresa e até escândalo de muita gente, nos mais diversos cursos de várias Escolas Superiores Portuguesas, vem aparecendo, desde há alguns anos, uma cadeira com o título, à primeira vista sem relação com as áreas científicas em causa, de «Introdução ao Pensamento Contemporâneo»<sup>1</sup>.

Também um colóquio nacional (Lisboa, 1988) sobre “A Epistemologia das Ciências” e mais especificamente sobre “A relação entre as ciências ditas sociais e humanas e as ciências ditas naturais e técnicas na Universidade e na Sociedade Portuguesa” preconizava “a existência obrigatória, em todos os cursos de base de qualquer área científica, de uma cadeira, devida e diversificadamente programada, de «Introdução ao Pensamento Contemporâneo» ou designação equivalente”<sup>2</sup>.

E a ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias considera uma tal disciplina, existente em todos os planos de estudos de todos os seus cursos, como “uma das áreas científicas mais englobantes e de mais profundas consequências” e como “um dos seus mais caracterizadores ex-libris”<sup>3</sup>.

Atendo-nos apenas à parte introdutória da questão, explicitaremos as seguintes quatro razões-finalidades de uma tão estranha como nacional e internacionalmente louvada disciplina universitária sobre o Pensamento Contemporâneo: razão-finalidade “humanisto-cultural”, razão-finalidade “lusu-lusófona”, razão-finalidade “científico-epistemológica” e razão-finalidade “epistemático-paradigmática”.

<sup>1</sup> Foi na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) que, no início dos anos 80, elaborei o primeiro programa sistemático de uma cadeira intitulada “Introdução ao Pensamento Contemporâneo” (IPC) e destinada aos vários cursos de Engenharia aí ministrados.

Entretanto, inultrapassáveis ignorâncias epistemológicas do Conselho Científico e outras causas de idêntico nível levaram à inanição real de uma tal disciplina naquela Instituição.

<sup>2</sup> Além desta conclusão – voto, foi no mesmo colóquio também preconizada “a existência obrigatória, em todos os cursos de base de qualquer área científica (e com maior urgência nas áreas científicas de pendor mais tecnológico), de uma cadeira obrigatória de «Introdução às Ciências Sociais» (ou designação equivalente)”.

Cf. F. Santos Neves et alii, O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas... Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa 1992.

<sup>3</sup> Cf. texto da “ORDEN DE SERVIÇO” que criou o Centro de Estudos sobre o Pensamento Contemporâneo na ULHT:

• “Tanto por razões mais práticas de desprovincianização e desenvolvimento da Sociedade Portuguesa como por razões, mais teóricas, de ordem cultural, interdisciplinar e paradigmática, o “Pensamento Contemporâneo” está a impor-se como das áreas científicas mais englobantes e de mais profundas consequências, que urge epistemologicamente clarificar e difundir, para além de já constituir um dos mais caracterizadores ex-libris da ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias”.

• “O Centro de Estudos do Pensamento Contemporâneo, agora criado, na sequência de trabalhos realizados pelos seus membros, procurará intensificar e divulgar tal investigação epistemologicamente pioneira bem como institucionalizá-la a nível dos planos de estudo de todos os Cursos das Universidades e Escolas Superiores de todo o “Espaço Lusófono”...”

## I

**Razão – Finalidade “humanista – cultural”**

A uma primeira razão ou finalidade designaremos de “cultural” ou de “humanista”, não naquele sentido facilmente ambíguo e pejorativo de generalista, enciclopédico e pseudo-filosófico, género “Seleções do Reader’s Digest”, concursos televisivos ou “aulas de religião e moral” nem sequer propriamente naquele, se bem entendido nobilíssimo, que se costuma traduzir nos clássicos versos de Terêncio (“*Homo sum, humani nihil a me alienum puto*”) ou de Shakespeare (“*There are more things in heaven and earth than are dreamt of in your philosophy*”)<sup>4</sup>, mas no sentido, muito prosaico mas não irrelevante, de um grau mínimo que poderíamos chamar “grau zero” de erudição e conhecimentos próprios do homem culto de cada época e sem os quais toda a especialização científica ou não é de todo possível ou se torna contraproducente e até ridícula<sup>5</sup>. Que dizer e pensar de “gente formada” e “cronologicamente contemporânea” que “nunca ouviu falar” ou “nada conhece” dos “Enciclopedistas”, de Marx, Freud, Nietzsche, Darwin, Einstein, Russell, Kafka, Joyce, Sartre, Aron, Camus, Lacan, Max Weber, Foucault, Bourdieu, Barthes, Levi-Strauss, Saussure, Noam Chomsky, Piaget, Kuhn, Le Corbusier, Brecht, Picasso, A. Sérgio, B. Caraça, A. Sedas Nunes, J. Saramago, Fernando Pessoa, Manoel Oliveira, Godard, Antonioni, Mc Luhan, Umberto Eco, Debussy, Bauhaus, Marilyn Monroe, Pélé, Jacques Brel, Beatles, Woodstock, Revoluções de 1789 e de 1917, Maio 1968, 25 de Abril 1974, Queda do Muro de Berlim (1989), etc., etc., etc.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> “*Sou homem e nada do que é humano considero estranho!*” (Terêncio); “Há mais coisas no céu e na terra do que a tua filosofia imagina!” (Shakespeare): embora nem o Latim (antiga língua da comunicação e da cultura) nem o Inglês (moderna língua com idêntico estatuto) devessem precisar de tradução... “*Humani Nihil Alienum*” foi, aliás, a divisa adoptada pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, até para tornar claro que a única “Lusofonia” que interessa é a “Lusofonia” que rima com o “Ecumenismo Universal”.

<sup>5</sup> A expressão francesa “*honnête homme*” traduz bem esta ideia do “homem culto normal”; a imagem pública que ficou do antigo Primeiro-Ministro Português, A. Cavaco Silva, constitui o paradigma inverso do “especialista em questões financeiras ignorante em questões culturais e humanas”, que “não lia os jornais”, que não sabia o número de cantos de “Os Lusíadas”, que confundia Thomas Mann com Thomas More, Beirute com Bayreuth, etc. e que, talvez por tudo isso, não tinha pejo em afirmar que “nunca tinha dúvidas e raramente se enganava”...

<sup>6</sup> Mais que de nomes exclusivos ou exaustivos trata-se, voluntariamente, apenas de casos e factos exemplificativos e até provocativos, tanto pelas presenças como pelas ausências. A conceituada revista “*Social Research, An International Quarterly of the Social Sciences*” (Volume 49, number 1, Spring 1982) dedicou um número especial aos “Modern Masters”, que seriam: Wittgenstein, Quine, Popper, Foucault, Chomsky, Marcuse, Habermas, Sraffa, Piaget; menos conceituada mas não menos sintomática é, por exemplo, a obra de Guy Sorman, *Os Verdadeiros Pensadores do Nosso Tempo* (Paris, 1982, trad. port., Lisboa, Publ. Europa-América), que seriam (por ordem de tratamento): Carl Sagan, James Lovelock, Ilya Prigogine, René Thom, Stephen Gould, E. O. Wilson, Motoo Kimura, C. Lévi-Strauss, Noam Chomsky, Zhao Fusan, Bruno Bettelheim, Thomas Szasz, Marvin Minsky, Ernst Nolte, Edward Teller, Milovan Djilas, Youri Afanassiev, Kenji Nakagami, F. Von Hayek, Murray Rothbard, Octavio Paz, Ashis Nandy, M.S. Swaminathan, René Girard, Claude Tresmontant, Karl Popper, E. Gombrich, Isaiah Berlin; J. Russ, *La Marche des Idées Contemporaines* (Paris, A. Colin, 1994) sistematiza um verdadeiro “panorama da modernidade”; revistas como “*Le Nouvel Observateur*”, “*Le Monde Diplomatique*”, “*Débats*”, “*Magazine Littéraire*”, “*New York Review of Books*”... têm publicado recorrentemente muito úteis “ensaios” e “dossiers” sobre o “Pensamento Contemporâneo”. Do “*MAGAZINE LITTÉRAIRE*”, por exemplo, saiu, em Outubro 1996, um “número especial” sobre “A Paixão das Ideias”, com o seguinte “*Inventário do Pensamento Moderno*” (1966-1996):

E não se trata de cair no velho sonho Picodelamirandolésco de “saber tudo sobre tudo” (“*De omni se scibili ... et quibusdam aliis!*”) nem na moderna tentação “*readersdigestesca*” de “saber nada sobre tudo” mas apenas de saber o que é próprio de todo o homem enquanto “animal racional” da sua época, de que até faz essencialmente parte saber que há imensas e cada vez mais coisas ou especializações que não sabe, sendo tal consciência e abertura interdisciplinar a moderna forma de se aproximar do ideal Socrático de “saber que nada sabe”!

## II

**Razão-Finalidade “Luso-Lusófona”**

Uma segunda razão ou finalidade, que do ponto de vista estritamente teórico não parece mas do ponto de vista prático é de extrema relevância, tem a ver com o que costumo apelidar de “*provincianismo grosseiro de isolamento e atraso*” que, desde há séculos, constitui uma das maiores características e uma das maiores tragédias da Sociedade Portuguesa e também um dos maiores tormentos e remorsos dos nossos intelectuais (independentemente da pertinência das suas tentativas de resposta, não raro eivadas de um “culturalismo ingénuo” ou de um resvalar para um

- 1966: O Estruturalismo, por Catherine Clément;
- 1967: Debord, A Sociedade do Espectáculo, por Philippe Sollers;
- 1968: Os Slogans de Maio, por Pascal Bruckner;
- 1969: A Libertação Sexual, por Frédéric Martel;
- 1970: Baudrillard, A Sociedade de Consumo, por Robert Rochefort;
- 1971: La Contre-culture, por Michael-Antoine Burnier;
- 1972: Deleuze/Guattari, O Anti - Édipo, por Toni Negri;
- 1973: Soljenitsyne, O Arquipélago do Gulag, por André Glucksmann;
- 1974: A “Nova-História”, por Yves Lequin;
- 1975: Foucault, A Questão do Poder, por François Ewald.
- 1976: Os “Novos Filósofos”, por Jean-Paul Dolle;
- 1977: Barthes, Fragmentos de um Discurso Amoroso, por Júlia Kristeva;
- 1978: Os “Novos Economistas” por Jean-Pierre Dupuy;
- 1979: O Humanitário, Um Barco pelo Vietnam, por Bernard Kouchner;
- 1980: O Património, por Pierre Nora;
- 1981: Sartre, O Contemporâneo Capital, por Jean-Jacques Brochier;
- 1982: Les Dictionnaires, por Michel Prigent;
- 1983: O Século de Raymond Aron, por Nicolas Baverez;
- 1984: O Individualismo, por Alain Ehrenberg;
- 1985: O Regresso a Kant, por Olivier Mongin;
- 1986: O Enciclopédismo Científico, por Jean-Pierre Changeux;
- 1987: O Caso Heidegger, por François Guery;
- 1988: Furet-Mona Ozouf e a Revolução Francesa, por Alain-Gérard Slama;
- 1989: A Queda do Muro de Berlim, por Jean Daniel;
- 1990: O Sagrado de Rosto Humano, por Luc Ferry;
- 1991: O Paradoxo Moderno da Ética, por Dominique Lecourt;
- 1992: A Cibercultura, por Pierre Lévy;
- 1993: O pensamento Complexo, por Edgar Morin;
- 1994: Os Franceses, Vichy e Mitterrand, por Pascal Ory;
- 1995: A Exclusão, Nova Questão Social, por Serge Paugam;
- 1996: O Regresso da Filosofia, por Bernard-Henri Lévy.

A estes exemplos dispersos poderão acrescentar-se todas as múltiplas ilustrações expandidas no livro de texto “*Sobre o Pensamento Contemporâneo*” (Edições Universitárias Lusófonas, em preparação).

# Sobre o Pensamento Contemporâneo



“derrotismo inútil” e “provincianismo subtil de heterocentramento e de alienação”).

É contra o referido “provincianismo grosseiro de isolamento e de atraso” (que terá atingido o seu paroxismo retórico no “orgulhosamente sós” dos discursos e da política de Salazar e de que os principais efeitos terão sido a “decadência” e o “subdesenvolvimento” e um último avatar e refúgio poderiam ainda ser várias formas patológicas da procura da “identidade nacional”) que a emblemática “Geração de 70” e, nela, as emblematicíssimas “Conferências Democráticas” quiseram insurgir-se, como transparece do “manifesto-programa” de apresentação destas, que vale a pena ainda hoje reproduzir (como valeria a pena também ainda hoje reproduzir, independentemente das suas “verdades objectivas”, a conferência-símbolo maior dessas conferências e de todas as angústias e ânsias de contemporaneidade para a Sociedade Portuguesa que foi o discurso de Antero de Quental sobre “As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”<sup>7</sup>):

<sup>7</sup> Cf. Machado A. M., A Geração de 70, 18vls., Ed. Círculo de Leitores, 1987; Medina J., As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal, Publ. D. Quixote, 1984; A. J. Saraiva, A Tertúlia Ocidental, Ed. Gradiva, 1990.

Ver últimos parágrafos da “Conferência Democrática” de Antero de Quental sobre as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos” (“discurso pronunciado na noite de 27 de Maio de 1871, na sala do casino Lisbonense”):

“...Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução... Meus Senhores: há 1800 anos apresentava o mundo romano um singular espectáculo. Uma Sociedade gasta, que se aluía, mas que, no seu aluir-se, se debatia, lutava, perseguia, para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão: ao lado dela, no meio dela, um sociedade nova, embrionária, só rica de ideias, aspirações e justos sentimentos, sofrendo, padecendo, mas crescendo por entre os padecimentos. A ideia desse mundo novo impõe-se gradualmente ao mundo velho, converte-o, transforma-o: chega um dia em que o elimina, e a humanidade conta mais uma grande civilização. Chamou-se a isto o Cristianismo.

Pois bem, meus Senhores: o Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno”.

Na “Enciclopédia” de Diderot-D’Alembert, no artigo sobre a “Filosofia Escolástica” (escrito precisamente por d’Alembert), há as seguintes referências sarcásticas ao isolamento e atraso da cultura portuguesa de então:

“... As Universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, são muito menos avançadas; nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até ao século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outras: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz. Num dos jornais dos sábios do ano de 1752, no artigo das Novidades Literárias, não se pode ler, sem espanto nem aflição, o título deste livro recentemente impresso em Lisboa (em pleno século XVIII): *Sytema aristotelicum de formis substantialibus, etc., cum dissertatione de accidentibus absolutis* (Ulissipone, 1750). Quase que é de crer que se trata de uma gralha tipográfica e que é 1550 que devemos ler...” (*Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers, 1751-1772*, entrada: Ecole (Philosophie de l’); trad. port. em: A Enciclopédia, textos escolhidos, Editorial Estampa, 1974, pag. 59).

Em uma Secretária de Estado da Cultura do antigo governo não confessava candidamente, em entrevista ao Jornal “Expresso” de 13/10/90 (ou tratar-se-á também aqui, de uma “gralha tipográfica”), que de “Marx não leu nada e de Freud pouco”?... E um outro membro do mesmo governo também da área da cultura não “vetou” o futuro Prémio Nobel José Saramago por causa da sua “impiedade”, alheia às “tradições nacionais”?... Por estas e por outras, Novas “Conferências Democráticas”, precisam-se!

«Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse que são a causa e o porquê dos movimentos.

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações têm sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as ideias e todas as correntes do século.

Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve ser o assunto das nossas constantes meditações.

*Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos;*

*Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;*

*Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa;*

*Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência Moderna;*

*Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa:*

*tal é o fim das Conferências Democráticas»<sup>8</sup>.*

Numa perspectiva não só de “Espaço Luso” mas também de “Espaço Lusófono”, e no momento, que poderia ser “histórico”<sup>9</sup>, da criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, permito-me igualmente reproduzir as minhas “TESES SOBRE A CPLP”, publicadas em vários órgãos de comunicação<sup>10</sup>:

1 – A CPLP ou é a Comunidade dos Países e Povos de Língua Portuguesa, e primordial e ultimamente mais destes que daqueles, ou nunca será comunidade nenhuma que valha a pena, até porque nunca deixaria de ter uma alma demasiado pequena.

<sup>8</sup> Texto de 16 de Maio de 1871, assinado por Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga, Teófilo Braga.

<sup>9</sup> A “Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” foi assinada em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, pelos “Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe”; e, contra todas as aparências e realidades, com “pessimismo da inteligência e optimismo da vontade” gramscianamente esperemos que não venha a tratar-se, como até agora tem sido o caso, apenas de um “nado - morto”.

<sup>10</sup> Cf., por exemplo: JL, Jornal de Letras, Artes e Ciências, Lisboa, 1 de Agosto de 1996; A Nosa Terra, Periodico Galego Semanal, Vigo, 1 de Agosto de 1996.

Essencial é o recurso permanente à crítica da razão lusófona, que estabeleça as condições da legitimidade, da possibilidade, da necessidade e da urgência do surgimento e da construção da Lusofonia, do Espaço Lusófono, da CPLP – Comunidade dos Países e Povos de Língua Portuguesa, designações diversas da mesma realidade e projecto, de que não devem estar ausentes tanto as diásporas mais históricas simbolizadas por Macau e Goa como as diásporas mais modernas das várias Gentes Lusófonas espalhadas por todas as partidas do mundo.

2 – A CPLP não pode ser, mas não está automaticamente excluído que seja ou se torne, uma versão retardada ou camuflada dos colonialismos políticos, económicos e culturais de antanho (Portugal) ou de agora (Brasil) e só não deverá afirmar-se anti-colonialista, porque é suposto viver-se em tempos pós-coloniais. E certos apregoados lusos “regressos a África” poderiam constituir um bom exemplo desses ainda não ultrapassados fantasmas.

a) CPLP deverá igualmente e conseqüentemente implicar a superação definitiva das clássicas mitologias do género “lusu-tropicalismo”, “bom colonialismo português”, “não-racismo brasileiro” e quejandos, e designadamente desses dois indestrutíveis mitos que dão pelo nome do “passado glorioso de Portugal” e do não menos “glorioso futuro do Brasil”. Embora, por razões diversas e ultrapassadas as suas mitologias e os seus provincianismos, Portugal e Brasil tenham de ser os primeiros grandes motores da CPLP e sejam os responsáveis históricos do seu êxito ou do seu fracasso. Nesta fase inicial, a nível das causas eficientes, e sem nenhuns ressaibos de serôdios paternalismos, a CPLP ou será lusu-brasileira e até sobretudo brasileira ou não passará de mais uma promessa frustrada. O Presidente Português Mário Soares e o Embaixador Brasileiro José Aparício de Oliveira constituem os símbolos mais evidentes de uma tal CPLP.

3 – Nesta perspectiva de “Crítica da Razão Lusófona”, especificamente essencial é a superação de todos os provincianismos, tanto os mais grosseiros como os mais subtis, que afectam, com maior ou menor consciência e virulência, os diversos espaços do Espaço Lusófono ou os diversos Países e Povos de Língua Portuguesa, e de que, a seguir, se apresenta uma pequena lista meramente exemplificativa.

a) Relativamente a Portugal e à sua classe político-económica dirigente dos anos cavaquistas, o nauseabundo provincianismo que tenho chamando a “doença infantil do europeísmo” ou a “concepção novo-riquista, pacóvia, discipular e alienante da integração europeia de Portugal”.

b) Relativamente ao Brasil, aquele provincianismo a que ultimamente chamei, por analogia, “granderriquismo ilusório e pseudorealismo economicista” de alguns novos senhores do País, que quase lamentam o facto e quase se envergonham de serem lusófonos e continuam também a esquecer a frase lapidar do seu actual Presidente, Fernando Henrique Cardoso: “o Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto.”

c) Relativamente aos Países Africanos, por um lado, o provincianismo da não-resolução ou da re-emergência de certos complexos (e não só os clássicos de Édipo) e, por outro lado, o provincianismo típico de certas elites globalmente des-africanizadas e heterocentradas.

d) Relativamente à Galiza (de certo modo, com a região Norte de Portugal, a mãe de todas as lusofonias!) e reconhecendo embora todo o peso da história, o provincianismo que designei de “questão espanhola” (a não confundir com a “questão do Castelhana”, que é toda uma outra questão) e que poderíamos traduzir na seguinte fórmula: a Galiza, por ser e para ser lusófona, por ser e para ser um espaço activo do Espaço Lusófono e membro da CPLP, não precisa minimamente de pôr em causa a sua pertença ao Estado Espanhol.

4 – O mesmo, aliás, pode e deve ser enfaticamente afirmado das relações entre a “questão lusófona” e a “questão europeia” (no caso de Portugal), entre a “questão lusófona” e a “questão americana, sul-americana e mais propriamente mercosulista” (no caso do Brasil), entre a “questão lusófona” e as “questões africanas”, commonwealth inclusive (no caso dos PALOP), entre a “questão lusófona” e todo o género de “questões mundiais” (para todos os Países e Povos do Espaço Lusófono) derivantes do fenómeno da globalização contemporânea: a lusofonia crítica e ecuménica acima descrita não só não exclui nenhuma das outras dimensões (espanhola, europeia, mercosulista, africana, mundial) como as implica e enriquece a todas e por todas pode e deve ser incluída e enriquecida.

5 – A Democracia Política e o Desenvolvimento Humano constituem os grandes paradigmas e os grandes horizontes das Sociedades Contemporâneas; a CPLP ou se insere nesta visão dinâmica e contribui activamente para democratizar e desenvolver os Países e Povos de Língua Portuguesa ou será de uma total inutilidade e até contraproducência.

“Identidade Lusófona” não pode significar isolamento, imutabilidade ou refúgio em situações e defeitos atávicos: para ser autenticamente lusófono não é necessário ou obrigatório continuar a ser analfabeto, inculto, ineficiente, impontual, subdesenvolvido.

6 – À semelhança (honra Lhes seja!) do que as gentes do futebol português coerentemente fizeram (todos os atletas de todo o Espaço Lusófono gozam dos mesmos direitos em Portugal que os atletas do Espaço Europeu), é da lusofonia elementar que o Estado Português estenda tal norma a todos os aspectos de todos os Cidadãos de todos os Países e Povos da CPLP. Schengenizar os cidadãos da CPLP é praticar o tal provincianismo que também dá pelo nome de “europeite aguda”. O mesmo deverá dizer-se de todos os Países Lusófonos e dos seus comportamentos e normas relativamente aos outros Países da CPLP.

Resumindo: sem livre trânsito no Espaço da CPLP para todos os Cidadãos Lusófonos, não há CPLP digna desse nome e que valha a pena.

7 – A Comunidade dos Países e Povos de Língua Portuguesa poderá e até deverá ser também uma Comunidade dos Países e Povos da Língua Portuguesa, a qual, uma vez findos os tempos do colonialismo, deixou de



ser um instrumento de dominação para se tornar um instrumento de comunicação e até de construção nacional.

Assim encarada, a Língua Portuguesa poderá tornar-se uma das grandes (senão a maior das) riquezas de todos os Países e Povos da CPLP e todo o investimento na sua cultura e difusão aparece como o investimento mais inteligente e mais rentável. Por exemplo, o mínimo de inteligência (até económica) que os Estados Lusófonos deveriam mostrar era assegurar a existência de Professores da Língua Portuguesa em todos os Espaços do Espaço Lusófono e no máximo possível de Espaços do Mundo Contemporâneo.

8 – E até talvez fosse de estudar a hipótese de alargar o que acaba de ser dito também à Língua Espanhola, à procura de uma solução em que, sem que o Português ou o Espanhol desaparecessem, um e outro constituíssem, entre si e para o exterior, uma espécie de *joint venture* de uma força contributiva e competitiva quase sem igual. Por exemplo, porque não se obrigam a si mesmos todos os Estados de língua portuguesa e todos os Estados de língua espanhola a que, a nível internacional, nunca seja utilizada uma destas línguas sem a utilização simultânea da outra? Mas é de temer (ou talvez não) que os espíritos e as mentalidades ainda não estejam preparados para um tal aventura mundialmente escrita e falada em Espanholês ou Portunhol.

9 – A Educação constitui o motor essencial e insubstituível da Democracia e do Desenvolvimento de todos os espaços do Espaço Lusófono e quase apetecia glosar a sentença evangélica sobre “o Reino de Deus e a sua Justiça” ou a frase Nkrumiana sobre a “Independência Política”, de que tudo o mais “viria por acréscimo”. A nível do Ensino Superior, que se tornará, cada vez mais, a “alfabetização” ou “literacia” própria do século xx-xxi, a ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com os seus pioneiros cursos de Novas Humanidades e Novas Tecnologias, com o seu “Campus Universitário” a possibilitar o exercício da interdisciplinaridade e interdepartamentalidade, com o seu Corpo Docente de quase mil Professores e com os seus cerca de 15 000 estudantes, dos quais várias centenas dos PALOP com bolsas atribuídas pela Instituição, deseja apenas, sem nenhuma pretensão de exclusividade ou de exaustividade, ser uma das muitas possíveis e necessárias concretizações de uma tal educação e de um tal ensino superior, no âmbito do Espaço Português e de todo o Espaço Lusófono. A inauguração oficial do ISPU – Universidade Lusófona de Moçambique, bem como as anunciadas criações, entre outras, da “Universidade Lusófona do Brasil”, da “Universidade Lusófona de Angola”, da “Universidade Lusófona de Cabo Verde”, da “Universidade Lusófona da Guiné-Bissau” e da “Universidade Lusófona do Norte Atlântico” inscrevem-se no mesmo cenário de motivações e objectivos. Será certamente por todas estas razões e também pelas suas relações cronológicas com a criação da CPLP que a *ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias tem vindo a ser denominada como a Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa*.

10 – Num mundo que proclama colocar no centro das suas preocupações o respeito e a implementação dos Direitos Humanos e especificamente o Direito à Autodeterminação dos Povos, a situação de Timor – Leste é um dos pecados que bradam aos céus (infelizmente, mais que à terra!) e um dos escândalos intoleráveis do nosso tempo: uma CPLP que, por pensamentos, palavras, obras ou omissões, esqueça ou adie a solução do “caso timorense”, continuando a permitir que a força do direito fique subordinada ao direito da força, será a negação prática permanente da sua reclamada existência e finalidade. *A inclusão explícita de Timor-Leste entre os membros da CPLP aparece como a prova mínima da seriedade activa e passiva deste projecto lusófono*.

11 – Até agora já se fizeram quase mais que todos os discursos possíveis sobre a Lusofonia, que certas línguas malévolas não se coíbem de apodar de “paleio”, “papagaiada”, “hipocrisia” ou “vã retórica”; o que interessa, porém, é, através de uma permanente crítica da razão lusófona como a aqui esboçada, *democratizar, desenvolver, transformar e realizar a CPLP – Comunidade dos Países e Povos de Língua Portuguesa e todos os espaços do Espaço Lusófono*.

### III

#### Razão-Finalidade “Científico-Epistemológica”

A razão-finalidade científico-epistemológica, de importância central para não dizer total, remete, obviamente, para as redescobertas, ainda que não suficientemente aprofundadas, questões da pluri-inter-trans-meta-pós...disciplinaridade e poderia traduzir-se numa fórmula lapidar como a seguinte: *Toda a ciência que não seja pluri-inter-trans-meta-pós... ciência não passará de nula-pseudo-anti-ciência*<sup>11</sup>.

Observaria, apenas mas com toda a força, que esta essencial pluri-inter-trans-meta-pós-disciplinaridade só faz sentido e só tem conteúdo real se pressupuser e se basear naquilo que, desde há anos, venho chamando “*Ruptura Epistemológica Primordial*” (REP), que se situa ao nível do próprio conceito de ciência e pode laconicamente definir-se como a passagem de uma concepção monoparadigmática, reducionista e totalitária a uma concepção pluriparadigmática, aberta e democrática da(s) ciência(s)<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Poderíamos recordar fórmulas ainda mais lapidárias como a do Fundador da Escola de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto, Prof. Abel Salazar: “*Um médico que só sabe medicina nem medicina sabe*” ou esta do economista italiano, Sylos Labini: “*Um economista puro é um puro asino!*” ou ainda o título provocante do inquérito jornalístico da revista “L’Espresso” (Roma, 12 de Maio de 1995): “*Ha letto Kant? Diriga la Fiat*”, que se poderia traduzir livremente: “*Quer dirigir a Fiat? Leia Kant, estude a Filosofia e as Ciências Humanas!*”.

<sup>12</sup> Foi no “Congresso Internacional sobre as Estruturas Emergentes para uma Nova Revolução nas Ciências”, organizado em Lisboa no mês de Junho de 1986, na presença, entre outros, do autor do mais vasto ensaio epistemológico de final de século (E.Morin, que lancei o “episterna” da “Ruptura Epistemológica Primordial” (REP), em comunicação intitulada “*Da Revolução Científica Contemporânea como Ruptura Epistemológica Primordial a uma Nova Classificação das Ciências*.”

Deste conceito de “Ruptura Epistemológica Primordial” parece aproximar-se aquele, ultimamente lançado por Boaventura Sousa Santos, de “Segunda Ruptura Epistemológica” (Cf. Sousa Santos B., Introdução a uma Ciência Pós-moderna, Ed. Afrontamento, 1990).

Todas as verdadeiras revoluções científicas somente o foram na medida em que constituíram ou implicaram revoluções epistemológicas mais ou menos vastas e profundas (pense-se nos exemplos das revoluções simbolizadas por Aristóteles, Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, Descartes, Kant, Marx, Freud, Nietzsche, Einstein, Gutenberg, Marconi, Max Weber, Piaget...).

Nas emergentes revoluções científicas contemporâneas que, independentemente dos seus diversos modos e até modas, parecem impor-se como factos inevitáveis, tal dimensão epistemológica seria ainda mais evidente e assinalável, já que estaria pressuposta como a condição-característica mais fundamental subjacente a todas elas e de todas elas faria uma "singular" (e por isso mesmo maximamente "plural") Revolução Científica Contemporânea.

Por outras palavras: a Revolução Científica situa-se, fontal ou primordialmente, no próprio conceito de ciência, passando de uma concepção monoparadigmática, etnocentrista, fechada, imperialista, totalitária, reducionista, simplista, etc., a uma concepção pluri-paradigmática, policentrista, aberta, democrática, pluralista, complexa, etc., da ciência e de todas as ciências.

Paradoxalmente, com a superação da separação entre as "ciências propriamente ditas" e as (quando muito) "ciências impropriamente ditas", entre as ciências «duras» e as ciências «moles», etc., está a deixar de haver a "ciência" (a que também se dava o nome de "ciências") para haver as "ciências" (que poderão retomar o nome de "ciência"); paradoxalmente, só uma assim fontal ou primordial ruptura-fractura epistemológica poderá fornecer as bases de uma real unidade e de uma realmente nova sistematização-classificação das ciências, bem como de uma inter-trans-disciplinaridade (e mesmo além-aquém-disciplinaridade) que, ao contrário do que diariamente acontece nas tribos lisboetas e respectivas pacotilhas de "pós-modernismo", de "vivõliberalismo", de "novas tecnologias" ou de "terceiras vagas"..., não se limite a ser a troca dum provincianismo de atraso e de isolamento por um outro provincianismo de heterocentramento e de alienação.

Igualmente a sempiterna questão da "classificação das ciências" viria equacionada de maneira radicalmente nova, aparecendo como, na floresta de todas as classificações das ciências existentes ou existituras, só existem, de facto, duas espécies verdadeiramente diversas e opostas: a espécie das classificações que têm em conta a "Ruptura Epistemológica Primordial" (que poderão ser muito variáveis e acidentalmente melhores umas que outras) e a espécie das classificações que não têm em conta essa mesma "Ruptura Epistemológica Primordial" (que também poderão ser muito variáveis e também acidentalmente umas piores que as outras)<sup>13</sup>.

É ainda no âmbito desta razão-finalidade científico-epistemológica do Pensamento Contemporâneo que deve enquadrar-se toda a problemática das relações entre as chamadas "ciências sociais e humanas" e as chamadas "ciências técnicas e tecnológicas", também e sobretudo no sentido em que as mesmas concentram as atenções hodiernas de desenvolvimento

e modernização das Sociedades.<sup>14</sup> De facto, à semelhança das ideias de "razão", "direito", "deus", "cristianismo", "humanismo", "iluminismo", "progresso", "evolução" ou "revolução" noutros momentos históricos, pode afirmar-se que, hoje, são as vozes de "desenvolvimento" ou "modernização" (inclusive nos seus ouropéis mais ou menos neoprovincianos de "pós-modernismo à portuguesa") que polarizam as atenções dos nossos contemporâneos. Para que se tornem algo mais que fácil alibi politiquero ou exorcismo feiticista, o verdadeiro desenvolvimento e a verdadeira modernização da Sociedade e das Universidades Portuguesas deverão, necessária e simultaneamente, incluir uma "inovação científico-técnica" (sem que os discursos sobre as "novas tecnologias", feitos a despropósito, se tornem a fuga para a frente de concretas realidades incontornáveis) e uma "inovação científico-social", talvez, para alguns, muito distraídos ou pouco lúcidos, não tão óbvia, mas não menos essencial nem menos urgente.

São conhecidas as reflexões de Lenine, em contexto histórico evidentemente diverso, sobre as duas componentes da Revolução Russa que seriam "Os Sovietes mais a Electricidade" bem como os ensaios já clássicos de Snow sobre "As duas culturas"<sup>15</sup> ou de Th. Kuhn sobre "A estrutura das revoluções científicas" e os célebres "paradigmas"<sup>16</sup> ou de M. Foucault sobre a "arqueologia das ciências humanas" e respectivos "epistemas"<sup>17</sup> ou de Joel de Rosnay sobre "O macroscópio" e a "visão sistémica"<sup>18</sup> ou de Prigogine sobre "A nova aliança" e os "conceitos vagabundos"<sup>19</sup> ou de E. Morin sobre a "metodologia complexa" e as "meta-disciplinidades"<sup>20</sup> ou de Boaventura Sousa Santos sobre a "segunda ruptura e a pós-modernidade epistemológica"<sup>21</sup> ou de Manuel Sérgio e as suas elucubrações sobre a "epistemologia da motricidade humana"<sup>22</sup> ou de

<sup>13</sup> Exemplo, quase institucionalizado, de uma "Classificação das Ciências Contemporâneas" que tem em conta o espírito, se não a letra, da "Ruptura Epistemológica Primordial" é a classificação elaborada, nas suas grandes linhas, por J. Piaget, e que distingue quatro grandes áreas científicas ou disciplinares, a saber:

- 1 – Área das ciências lógico-matemáticas
- 2 – Área das ciências naturais (físico-químicas)
- 3 – Área das ciências biológicas
- 4 – Área das ciências sociais e humanas (psicossociológicas)

Mas, como ressalta do já dito, tal classificação não somente não pode considerar-se exclusiva ou exaustiva (porque não falar, por exemplo, da "área das ciências cognitivas", da "área das ciências da comunicação" etc.) como deve sobretudo lembrar-se que todas as ciências ou disciplinas tendem, cada vez mais, a formar "áreas de ciências complexas ou inter-transdisciplinares".

<sup>14</sup> Cf., o. c., F. Santos Neves et alii, *O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas...*, Edições Universitárias Lusófonas, pp. XI ss.

<sup>15</sup> Snow C., *The Two Cultures and the Scientific Revolution*, Cambridge, 1959 (Trad. Port., Lisboa, Ed. Presença, 1996).

<sup>16</sup> Kuhn Th. S., *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1962.

<sup>17</sup> Foucault M., *As Palavras e as Coisas, Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, Paris, 1966 (Lisboa, 1968).

<sup>18</sup> Joel de Rosnay, *O Macroscópio, para uma visão global* (Lisboa, Ed. Arcádia, 1977), Cap. IV: Para uma nova cultura.

<sup>19</sup> Prigogine I-Stengers I., *A Nova Aliança*, trad. port., Lisboa, Ed. Gradiva, 1987.

<sup>20</sup> Morin E., *O Método*, vários volumes, trd. port., Lisboa, Publicações Europa América, 1977...; O Problema Epistemológico da Complexidade, ib., 1985, etc.

<sup>21</sup> Sousa Santos B., *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Porto, Ed. Afrontamento; etc.

<sup>22</sup> Sérgio M., *Para uma Epistemologia da Motricidade Humana*, Lisboa, 1975.

Armando Castro e o seu "Opus Magnum" sobre a "teoria ou ciência do conhecimento científico, designadamente das ciências do homem"<sup>23</sup> ou do Prof. José Baptista, dinamizador entre nós da "Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho" (S.I.O.T.), sobre a nula utilidade e até contraprodução de "informatizar o Castelo de Kafka..."<sup>24</sup>; e eu próprio tenho vindo a insistir, por um lado, no que designei "Projecto de Antropótica" como confluência e superação do "antropocosmos" e do "tecnocosmos" e, por outro lado, no conceito de "Ruptura Epistemológica Primordial" como ultrapassagem de todo o monoparadigmaticismo e totalitarismo científico...<sup>25</sup>

A mensagem é simples mas fundamental: a "inovação científico-técnica e tecnológica" e a "inovação científico-social e humana" terão de ser os dois co-motores, dialogantes mesmo se eventualmente dialécticos, de qualquer "desenvolvimento" ou de qualquer "modernização" que valham minimamente a pena. Em termos epistemológicos, institucionais e curriculares (e num momento em que velhos ou novos e até novíssimos paradigmas se vêem forçados a abandonar as suas pretensões e tentações ditatoriais e imperialistas), a conclusão e a tradução não podem ser outras senão as de, superando todos os arcaísmos culturais e mentais, explicitar e implementar, autonomamente e transdisciplinarmente, as chamadas "ciências técnicas e tecnológicas" e as chamadas "ciências sociais e humanas...", modelo e ideal expressos e consubstanciados no projecto da ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

#### IV Razão-Finalidade "Epistemático-Paradigmática"

Quantó à razão-finalidade a que demos o nome de "epistemático-paradigmática", há que afirmar, antes de mais, que ela não somente não se opõe a ou se distingue da razão-finalidade "científico-epistemológica" como constitui desta a mais perfeita e profunda realização. Desde que Thomas Kuhn, para grande surpresa sua e desgosto de muitos "cientistas", descobriu que as causas das "revoluções científicas" não relevam somente, nem sobretudo das "ciências" ("cientistas", "científicas" e "ciências" ainda num sentido totalmente "pré-Ruptura Epistemológica Primordial"...), ou seja, da astronomia, da física, da biologia, etc., mas também e até preponderantemente de áreas "extra-científicas" como a filosofia, a moral, a religião, a visão do mundo..., as ciências sociais e

humanas, em suma, e desde que, para nomear esses conjuntos maximamente complexos e vastos (e também vagos, como o provam todas as discussões de maneira nenhuma encerradas e as próprias opiniões de Kuhn sobre a questão) adoptou o termo de "paradigmas" (em sentido obviamente diverso dos paradigmas ou modelos gramaticais, matemáticos, económicos e outros), o recurso a tal conceito tornou-se obrigatório e até obsessivo não só no âmbito restrito da "Epistemologia", da "História e Filosofia das Ciências" (e respectivos congressos...) como também na linguagem quotidiana e nos mass-media, onde frequentemente surgem referências a eventuais "superações" de velhos ou eventuais "emergências" de novos "paradigmas", não raro com grande superficialidade e com grandes cargas ideológicas<sup>26</sup>.

Sejam quais forem (ou tiverem sido), para Th. Kuhn, os sentidos e os conteúdos originários ou posteriores do conceito de "Paradigma", o mesmo adquiriu uma existência autónoma e significa, para nós e no contexto do "Pensamento Contemporâneo", as "estruturantes fundamentais", os "grandes impensados pensantes", as "grandes correntes", os "grandes universos" (Eduardo Prado Coelho), os "pressupostos absolutos e inconscientes" (Collingwood), os "horizontes inultrapassáveis" (J. P. Sartre), os "epistemas" (M. Foucault) do Pensamento de uma época, que condicionam e explicam radical e fontalmente todos os pensamentos ou áreas científicas particulares<sup>27</sup>.

Assim sendo, entender-se-á como a questão do "Pensamento Contemporâneo" (sem cair na tentação das aparências ou "modas" dos "fogos fátuos" e prestando atenção às realidades ou "modos" do "fogo grego"), é, fundamentalmente, a questão dos grandes "contemporaneas" (relativos ao "Mundo Contemporâneo" na sua globalidade sócio-económico-político-cultural...), dos grandes "Logocontemporaneas" (relativos ao específico e mais especificamente humano "Pensamento Contemporâneo") e, sobretudo, a questão dos grandes "Epistemas" e "Paradigmas" que, na sequência do antes referido, imagetivamente se poderiam designar como as "árvores primordiais" ou como o "código genético" da floresta ou do organismo do "Pensamento Contemporâneo"<sup>28</sup>.

Assim sendo, entender-se-á também como a questão do "Pensamento Contemporâneo", remetendo para todas as áreas científicas,

<sup>23</sup> Castro Armando, Teoria do Conhecimento Científico, vários vls., Porto, 1975... As "Edições Universitárias Lusófonas" já anunciaram uma (re)edição completa deste "opus magnum" epistemológico, sem paralelo em qualquer língua.

<sup>24</sup> José Baptista, A Informatização do Castelo de Kafka: inovação tecnológica versus inovação organizacional (comunicação ao "Simpósio de Informática", Lisboa, 10-14 de Março de 1986).

<sup>25</sup> Sobre a "Ruptura Epistemológica Primordial" (REP), cf. linhas anteriores; sobre o "Projecto de Antropótica", como projecto de "antropologia-antropopraxia omnitotidimensional", cf. anunciado livro de texto em preparação sobre o Pensamento Contemporâneo (nota 6).

<sup>26</sup> Kuhn Th. S., *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1962 (tr. espanhola, 1971, Fondo de Cultura Económica)

Cf. em Português:

— CARRILHO, M. M., org., *História e Prática das Ciências*, Lisboa, 1979.

— PRADO COELHO E., *Os Universos da Crítica*, Lisboa, 1982. (neste título, "Universos" constituem óptima tradução criativa dos "Paradigmas" Kuhnianos).

<sup>27</sup> A importância e o impacto da categoria "episteme" lançada por M. Foucault, designadamente no livro-chave "As Palavras e as Coisas, Uma Arqueologia das Ciências Humanas" (Paris, 1966; Lisboa, 1968) não foram e não são teoricamente inferiores à importância e impacto da categoria "paradigma" lançada por Th. Kuhn, motivo pelo qual preferi, no texto, falar de "razão-finalidade epistemático-paradigmática".

<sup>28</sup> Cf. antes anunciado livro de texto sobre o Pensamento Contemporâneo.

remete, de maneira incontornável e essencial, para a “área das ciências sociais e humanas”.<sup>29</sup>

Entender-se-á, finalmente, o “quê” e, sobretudo, o “porquê” e o “para quê” da inicialmente citada “Conclusão-Voto” que preconiza “a existência obrigatória, em todos os cursos de base de qualquer área científica, de uma cadeira, devidamente e diversificadamente programada, de «Introdução ao Pensamento Contemporâneo» ou designação equivalente”.<sup>30</sup>

E já não parecerá nada estranho, antes pelo contrário, que a “cadeira de “Introdução ao Pensamento Contemporâneo constitua um dos mais caracterizadores ex-libris da ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias”<sup>31</sup>.

A “Introdução ao Pensamento Contemporâneo” é, no fundo e em síntese, para além das razões e finalidades específicas de “Desprovincianização, Democratização e Desenvolvimento das Sociedades Lusófonas”, uma tentativa permanente de alargar as fronteiras do “animal racional e livre que é o homem” e, por isso mesmo, uma permanente luta contra todas as formas de “obscurantismo”, “fundamentalismo” e “totalitarismo”, de que um certo “pós-modernismo” anti-iluminista e um invadente pseudo-ecuménico e pseudoglobalizante “pensamento único” poderiam constituir dos últimos avatares<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Cf. páginas anteriores e, designadamente, o. c., F. Santos Neves et alii, *O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas...*, Edições Universitárias Lusófonas, 1992.

<sup>30</sup> Cf., acima, nota 2.

<sup>31</sup> Cf. Texto da “Ordem de Serviço” que criou o Centro de Estudos sobre o Pensamento Contemporâneo, antes citado na nota 3.

<sup>32</sup> Na abertura da “VI Semana Sociológica sobre a Sociedade e a Universidade Portuguesa, 25 anos depois” (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 22, 23 e 24 de Abril de 1999), insisti em que tanto “a ACSEL – Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono, criada em 1994, como a própria ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em que esta “VI Semana” se realiza, partilham da mesma ambição de contribuírem, no âmbito e com os métodos que lhes são próprios, para a “Descolónização”, a “Democratização”, o “Desenvolvimento”, a “Descentralização” e a “Desprovincianização” de todos os Espaços do Espaço Lusófono ou seja de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa!”.

A semelhança das “intenções profundas” entre a “Introdução ao Pensamento Contemporâneo” e a “Revolução do 25 de Abril” não poderia ser mais evidente.